



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

## Estado do Paraná

### **LEI Nº 029/02**

**SÚMULA:** Define obrigações de pequeno valor no âmbito do Município, a que se refere o Art. 100, § 3º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 13/09/2000 e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO VEREADOR JOÃO MICHELIN E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE**

### **L E I**

**Art. 1º** - Para os efeitos do disposto no Art. 100, § 3º da Constituição Federal, fica definido que obrigações de pequeno valor serão aquelas que correspondem até 40 (quarenta) vezes o valor do salário mínimo, para os débitos da administração direta, autarquias e fundações do município de Apucarana, que tenham origem em sentença judicial transitada em julgado.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Os débitos como de “pequeno valor”, serão considerados individualmente por ação judicial e atenderão ao limite estabelecido no “caput” e serão verificados no momento em que os respectivos cálculos se tornarem incontroversos.

**Art.2º** - O pagamento ao titular do crédito considerado como obrigação de pequeno valor, conforme definido no “caput” do artigo anterior, será realizado no Juízo da execução, a requerimento do credor, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contado do recebimento do requerimento pela Procuradoria-Geral do Município.

**§ 1º** - O requerimento será instruído com a certidão expedida pelo cartório ou secretaria do órgão judiciário, comprovando o trânsito em julgado do processo de conhecimento, com a demonstração de que o valor devido é incontroverso, portanto, certo, líquido e exigível.

**§ 2º** - É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor total da obrigação prevista neste artigo, seja ela controversa ou incontroversa, ressalvadas as hipóteses de aplicação do Artº 23, da Lei Federal nº 8.906, de 04/07/1994, reconhecidas em juízo.

----- CONTINUA -----



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

### Estado do Paraná

CONTINUAÇÃO

LEI Nº 029/02...

FLS. 02

§ 3º - É vedada a expedição de precatório suplementar ou complementar do valor pago na forma do “*caput*” deste artigo.

§ 4º - É facultado à parte exequente renunciar ao crédito, no que exceder ao valor estabelecido no “*caput*”, para que possa optar pelo pagamento do valor na forma desta lei.

§ 5º - Na hipótese do credor exercer a opção prevista no Parágrafo anterior, deverá indicar expressamente no requerimento que renuncia ao excedente do pequeno valor apurado na data do efetivo pagamento.

**Art. 3º** - Constatada a regularidade formal e material da requisição, a Procuradoria-Geral do Município, fará a remessa à Secretaria de Finanças ou à entidade devedora para que efetue o pagamento no prazo previsto nesta lei.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O pagamento sem precatório, na forma prevista nesta lei, implica em quitação total do crédito exequendo.

**Art. 4º** - Os créditos já inscritos em precatórios devidos pelas entidades municipais referidas no Art. 1º, não superiores ao definido como obrigação de pequeno valor, serão pagos no prazo de um ano, segundo a ordem cronológica de apresentação dentro da própria categoria, exceto se o credor, pessoa física, tiver idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos, hipótese em que poderá requisitar o pagamento pela forma prevista nesta lei, independentemente da ordem de apresentação, juntando para tanto documento comprobatório da idade.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Não serão objeto de parcelamento os créditos referidos no “*caput*” deste Artigo, de acordo com o previsto no Art. 78, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Art. 5º** - para fazer frente às despesas decorrentes desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, na forma da lei.

**Art. 6º** - Esta lei entrará em vigor em 90 (noventa) dias da sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Apucarana, aos 15 dias do mês de maio de 2002.

**VALTER APARECIDO PEGORER**  
Prefeito Municipal